

As novas geografias alimentares: produzindo territórios alimentares no Nordeste

The new food geographies: producing food territories in the Northeast

Josemar Hipólito da Silva
Sergio Schneider

Resumo

Partindo de pressupostos ligados aos recorrentes problemas associados a produção, comercialização e consumo dos alimentos. Diferentes iniciativas de pesquisas e análises estão sendo conduzidas sobre as questões alimentares na Europa e no Brasil. Assim, a proposta em questão, faz referência a importância dos estudos associados a abordagem das 'Novas Geografias Alimentares (NGA)' no Norte global. No entanto, a proposta aborda a necessidade de ampliar o debate e as análises realizadas pela abordagem da NGA, levando em consideração preceitos agrários e agrícolas e a presença massiva do agronegócio no Brasil e no Sul global. Dito isso, o artigo tem como objetivo contribuir e apresentar as primeiras reflexões sobre a adaptação e construção dessa abordagem para os estudos no Sul global. O texto está dividido em três partes, a primeira propõe o resgate das principais perspectivas e tendências de estudos inseridos nas (NGA) e na reterritorialização dos alimentos. Implicando na utilização de suporte metodológico a partir da pesquisa e revisão bibliográfica nacional e internacional, com a proposição de técnicas de adaptação para a abordagem ser utilizada nos estudos do Sul global. Para compor a análise, propomos a utilização de preceitos ligados a abordagem dos regimes alimentares, fazendo referência aos contextos temporais e espaciais. Nesse sentido, recorreremos aos ajustes teórico-metodológicos ligados a perspectiva multinível (PMN) e produção de novidades em espaços físicos e produtivos ligados aos assentamentos rurais no Nordeste brasileiro. Levando em consideração a construção de alternativas frente ao atual sistema alimentar dominante e aos avanços do agronegócio. Reduzindo as enormes disparidades de poder ligadas a insustentabilidade ambiental, o acesso aos mercados, à terra e a segurança alimentar e nutricional da sociedade.

Palavras-Chave: Novas geografias alimentares, Cadeias agroalimentares globais, Territórios alimentares.

Abstract

Based on assumptions linked to the recurrent problems associated with the production, marketing and consumption of food. Different research and analysis initiatives are being conducted on food issues in Europe and Brazil. Thus, the proposal in question refers to the importance of studies associated with the 'New Food Geographies (NGA)' approach in the global North. However, the proposal addresses the need to broaden the debate and analyzes carried out by the NGA approach, taking into account agrarian and agricultural precepts and the massive presence of agribusiness in Brazil and in the global South. That said, the article aims to contribute and present the first reflections on the adaptation and construction of this approach for studies in the global South. The text is divided into three parts, the first of which proposes the rescue of the main perspectives and trends of studies inserted in (NGA) and in the reterritorialization of food. Implicating the use of

methodological support from research and national and international literature review, with propositions of adaptation techniques for the approach to be used in studies of the global South. To compose the analysis, we propose the use of precepts linked to the approach to dietary regimes, making reference to temporal and spatial contexts. In this sense, we resort to theoretical-methodological adjustments linked to the multilevel perspective (PMN) and the production of novelties in physical and productive spaces linked to rural settlements in the Brazilian Northeast. Taking into account the construction of alternatives to the current dominant food system and advances in agribusiness. Reducing the huge disparities in power linked to environmental unsustainability, access to markets, land and food and nutrition security for society.

Keywords: New food geographies, Global agrifood chains, Food territories.

Introdução

Os alimentos e os sistemas alimentares¹ estão inseridos em agendas de pesquisas nacionais e internacionais na atualidade. Essas agendas estão associadas a estudos que apresentam formas de agriculturas práticas, qualidade dos alimentos e o acesso a mercados. Além, da formação de redes sociais coletivas de consumo e comercialização, conduzidas por análises associadas as cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas (SILVA, 2023). Os esforços estão concentrados nas mudanças de direcionamentos ligados as dinâmicas alimentares e espaciais existentes nos sistemas alimentares. Nessa perspectiva, os alimentos e a questão agrária são entendidos de forma mais ampliada. Direcionando suas relações e dinâmicas para os processos alimentares e produtivos ligados a desigualdade global, a segurança alimentar e nutricional das populações, para destruição dos ecossistemas e buscas por sustentabilidade e equidade social (BERNSTEIN, 2016).

No entanto, esses debates estão ancorados em reflexões e discussões representadas por dinâmicas conduzidas por condições e possibilidades presentes nas novas formas de uso dos espaços e territórios, inseridos nos processos de globalização dos sistemas alimentares e das cadeias agroalimentares (SILVA, 2023). Como ressaltam Schneider e Gazolla (2017, p.10), na prática as cadeias agroalimentares são cadeias agroindustriais, inseridas em extensas e complexas redes de agentes intermediários envolvidos em todos os processos e relações. Esses processos passam por empresas de

¹ Entende-se por Sistemas alimentares: uma cadeia de atividades mercantis e não mercantis, conectando a produção, preparação e consumo de alimentos, e a gestão dos dejetos e recursos, os fornecedores de insumos (semente, fertilizantes, embalagens etc.) e as atividades e as instituições de regulação associadas. Essas definições podem ser relacionadas àquela de *food system* ou (*agri-foodsystem*) da literatura anglo-saxônica (SABOURIN *et al.* p. 15).

implementos agrícolas, tecnologia, pesquisa, sementes e até combustíveis. Podendo ir além, a partir da formação de parcerias entre empresas e setores estratégicos voltados a transformação das cadeias curtas em cadeias longa e até globais. Esses processos apresentam dois lados: o primeiro deles, está representado pelo agronegócio e suas monoculturas que modificam espaços e alteram os lugares com sistemas de produção intensivos e homogêneos, de baixa qualidade e nutridos por transgenia; o segundo, está representado pela produção de alternativas, relações e dinâmicas que promovem novas espacialidades conduzidas por novas formas de dinâmicas alimentares inseridas dentro do universo analítico das Novas geografias alimentares (NGA). Para Marsden (1997, p. 123), a reprodução de diferentes mosaicos de espaços regionais de produção e consumo de alimentos, estão produzindo novos espaços dinâmicos e dependentes. Onde surgem importantes formas de poder e relações de poder que redefinem o desenvolvimento desigual dos territórios e os impactos sob os atores e espaços de poder (SILVA, 2023).

Assim, dedicaremos uma seção para apresentar os primeiros estudos que fizeram referência ao termo *Geographie of Food*, ou seja, Geografia de alimentos, o qual está intimamente associado ao surgimento da abordagem das 'Novas geografias alimentares'. Destaca-se a obra de Sarah Whatmore, intitulada *Hybrid Geographies: nature, culture, spaces* (2001). Essa obra foi resultado das reflexões idealizadas pela autora, em parceria com Lorraine Thorne. Apresentada no Workshop, Berkeley em artigo intitulado: "*NOURISHING NETWORKS: Alternative geographies of food (1997)*". Não menos importante, indicamos os estudos realizados por Winter (2004; 2003), em ambos os textos o autor examina as relações construídas entre diferentes atores e as conexões estabelecidas entre agricultura, alimentação, mercados e a política.

Vários estudos estão inseridos no universo analítico e produtivo formados pelo sistema alimentar local (SIAL) e o sistema alimentar territorial (SIAT) que apresentam excelentes experiências. Nessas análises o SIAL tem a capacidade de conduzir, produzir e organizar os serviços associados, a partir das características que determinam seu funcionamento a um território específico. Nesse caso, é onde estão localizadas suas atividades produtivas, de beneficiamento, comercialização e consumo dos alimentos, nas organizações de produção e serviços (unidades de produção agrícola, as empresas agroalimentares, de segmentos comerciais, de serviços, restaurantes). Para entender o SIAT Lamine (2017) elabora excelentes reflexões, as quais introduziram a noção que faz

referência ao território para estabelecer diferenças sobre o sistema alimentar convencional. Esse ligado as atividades vinculadas as cadeias alimentares longas globalizadas. Destacando as interações presentes entre agricultura e alimentação nesse processo.

Nesse cenário surgem os assentamentos rurais empenhados em promoverem novas geografias ou outras geografias de uso dos espaços físicos e produtivos, envolvidos nos processos de produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos. Portanto, outra territorialização, desterritorialização e reterritorialização² dos alimentos, conformando alta relevância ao que acreditamos, conduz uma abordagem relacional integrada e espacial para os estudos alimentares.

O que nos leva a refletir sobre os argumentos apresentados por Patrick Caron (2020). Ao fazer referência as regras e padrões de consumo, trocas internacionais em contextos de aprisionamento de fronteiras, de interrupções no fornecimento e no comércio global de alimentos. Promovendo o surgimento de territórios e lugares que exercem papel fundamental e estabelecem novas relações e processos com os alimentos. São alguns exemplos, os espaços de colhe e pague, feiras orgânicas e agroecológicas que disponibilizam alimentos mais frescos e saudáveis, além de espaços que compartilham experiências gastronômicas ao mesmo tempo que comercializam os alimentos. É na escala geográfica que ocorre a formação e articulação entre as diferentes dimensões, considerando o território como alternativa no processo de incorporação e ancoragem dos estudos agroalimentares, das economias e na regulação política.

Porém, existe a necessidade de se reforçar alguns argumentos importantes, os quais apresentem os caminhos que a Geografia brasileira tem trilhado nos estudos e análises ligadas as dinâmicas alimentares e os sistemas alimentares. Dito isso, identifica-se duas perspectivas usualmente utilizadas por estudiosos: a primeira está focada nas questões de consumo e produção de alimentos, considerando preceitos tradicionais, artesanais e de fortalecimento dos laços de proximidade entre os diferentes atores presentes nos sistemas alimentares. Nesse universo estão presentes preceitos associados as questões culturalistas e

² Nesses termos, essa proposta associada aos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão associados a como determinados atores e grupos sociais constroem laços com os espaços. O processo de 'territorialização' está associado ao fortalecimento de relações de poder e dinâmicas específicas (alimentares e espaciais) em espaços, lugares e territórios produtores de alimentos. Assim, para a 'desterritorialização' dos alimentos, atores, recursos e instituições que perdem suas conexões com o território promovendo a perda de identidade e pertencimento a partir da globalização das cadeias agroalimentares. O processo de 'reterritorialização' para os alimentos envolve a criação de laços, identidades em espaços de poder, criados, reivindicados e convidados a partir de respostas às mudanças produtivas, econômicas ou políticas nos processos de produção, beneficiamento, comercialização e consumo dos alimentos.

antropológicas ligados a produção de inovação; outra perspectiva, que está amplamente amparada no agrário ou na questão agrária, nesse universo estão os estudos sobre os movimentos sociais (disputas pelo acesso e permanência à terra, grilagem de terras *landgrabbing*, violência no campo), avanço do agronegócio, uso de agrotóxico e problemas associados a ingestão de alimentos contaminados, expropriação de pequenos produtores camponeses e o endividamento com instituições financeiras e agiotas. Nesse caso, os estudos das NGA estão amparados nos sistemas alimentares territorializados.

Não se trata de buscar entender a configuração ou distribuição espacial da produção de alimentos como foi realizada por Castro (1984), Freire (1977) e outros. Na perspectiva das NGA, o espaço é essencialmente um “ente social”, não se trata de um suporte ou substrato que integra as ações humanas. Como destaca Souza (2020) ao representar o “espaço” ou “raciocínio espacial” em sua perspectiva mais abstrata. Nesse caso, ocorre a necessidade de integrar esforços que unifiquem conceitos-chave, como: o território (como espaço político, de controle, dominação e produtivo), o lugar (como espaço vivido/concebido) a região que (corresponde as unidades espaciais maiores) e a paisagem como (aparência/forma ou o próprio espaço geográfico). Assim, destaca-se os ‘espaços físicos’ que surgem a partir da organização territorial e produtiva estabelecida pela relação do homem-natureza, da sociedade com suas formas de espacialidades em suas diferentes temporalidades, com o trabalho e com a produção de novidades.

As condições e possibilidades estão associadas aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos alimentos dentro dos sistemas alimentares. Para Haesbaert (2014) o ato de territorializar-se cria mediações espaciais que proporcionam efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto atores sociais envolvidos em relações e processos. Como exemplos, ressaltamos a dissociação entre espaço e tempo, espaço e sociedade, o material e o imaterial, fixação e mobilidade.

Assim, as dinâmicas alimentares notadamente fazem referência ao processo de reterritorialização dos alimentos. Dito isso, existem aqueles que dizem que os espaços irão simplesmente tornar-se espaços de acoplamento ou colagem nas dinâmicas espaciais das cadeias agroalimentares globais a partir da territorialização dos alimentos. Terá aqueles que afirmam existir margens de manobras dos espaços locais frente aos sistemas alimentares, ou seja, espaços reivindicados e criados numa relação de dualidade entre o local e o global. Outros indicam haver a existência do processo de reterritorialização dos

alimentos, a partir das formas e relações de poder presentes nos espaços físicos dos sistemas alimentares³.

As ‘novas geografias’ e as possíveis contribuições para os estudos agrários na geografia brasileira

Essa seção tem como objetivo apresentar o que acreditamos compor as ‘Novas Geografias’. Trata-se de estudos e pesquisas que integram abordagens e perspectivas analíticas associadas a virada para qualidade que exploram os paradigmas da reconexão e relocalizaçãodos alimentos. Representando caminhos possíveis para os estudosagroalimentares e das dinâmicas alimentares (Gazolla; Schneider, 2017; Ilberyet al. 2005; Marsden, 1997; Watts; Goodman, 1997;Winter, 2003; Wiskerke, 2010).

Outro sentido a essa breve reflexão, indica a importância da nossa proposta. Por acreditarmos que a reterritorialização dos alimentos reapresenta uma possibilidade real inédita para os estudos da Geografia agrária e rural. Haja vista, arealidade com a qual Winterfez referência, quando indicou o enorme contingente de geógrafos ligados a geografia rural e agrária internacional que construíramuma visão dos agricultores familiares como vítimas infelizes do processo de globalização (WINTER, 2003).

É certo que, as reflexões servem de referência a realidade de grande parte dos estudos da geografia agrária e rural brasileira na atualidade. No entanto, pesquisas e estudos conduzidos a partir da abordagem das NGA possibilitam identificar e apresentar respostasas questões produzidas por agricultores familiares, camponeses assentados e demais populações tradicionais. Essesatores estão envolvidos em processos de cooperação, integração vertical, acesso a mais e melhores mercados, a produção de novidades e alternativas geradoras de condições para o enfrentamento e avanço do agronegócio.

Dito isso, inúmeras são as possibilidades existentes dentro das análises da NGA como ressalta Winter (2003), ao fazer referência ao surgimento de uma geografia agroalimentar. Segundo o autor, essa perspectiva possibilita examinar questões existentes

³ Apresentando uma perspectiva mais crítica que possibilite revelar problemas e entraves presentes nas perspectivas essencialmente otimistas e que apresentam aspectos negativos que esbarram nas *armadilhas do local* (Born; Purcell, 2006). No *localismo elitista* (Dupuis; Goodman, 2005; Goodman et al. 2012) acrescenta a reflexão riscos entorno do *localismo não reflexivo*, e por fim, o *localismo defensivo* apresentado por (Born; Purcell, 2006). Essas armadilhas apresentam riscos que revelam inequidade e exclusão de atores e instituições. Em outros casos, constata-se o fortalecimento e alinhamento dos sistemas alimentares alternativos com iniciativas e processos de governabilidade neoliberal com foco exagerado em responsabilidades individuais.

ao longo da cadeia agroalimentar, bem como nos sistemas de provisão de alimentos numa relação espaço-tempo. Essa abordagem vem contribuindo para o fortalecimento da economia política nos estudos alimentares no Norte global.

Os estudos foram sendo conduzidos para longe dos estreitos limites do negócio agrícola ou do agronegócio. Que em grande medida, são examinados a partir das lentes da economia neoclássica, a qual estabelece forte compartilhamento com o capital (WINTER, 2004). Ocorrem importantes reorientações, estabelecidas a partir da reconexão entre agricultura e alimentação, alimentação e política, e por fim, alimentação e a natureza, dentro do universo das redes de atores coletivos, cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Essa ainda é uma tendência da NGA no Norte global na atualidade, que em certa medida influencia os estudos no Brasil ligados a sistemas alimentares localizados, arranjos produtíveis locais, distritos industriais marshallianos ou da corrente de estudos da ‘terceira Itália’. Esses estudos exploram o fortalecimento da relação entre os produtores e consumidores de alimentos. Nessa perspectiva podemos destacar os arranjos produtivos locais rurais (APLR) que organizam produtores e produtoras agroecológicos em assentamentos rurais (SILVA, 2016).

Em outras palavras essa perspectiva analisa como ocorre a reconexão entre agricultores e os alimentos, alimentos e seus consumidores. Assim, é possível construir circunstâncias políticas, econômicas, sociais e de mercados que são favoráveis ou não aos diferentes atores envolvidos em relações de poder presentes no espaço rural brasileiro. Entendendo como ocorrem novos arranjos dentro das políticas alimentares, agrárias e agrícolas. Buscando construir alternativas para as relações e processos inseridos nas dinâmicas alimentares. Outrossim, as questões que expõem preocupações plausíveis as negligências históricas presentes em estudos da “natureza” no marxismo, que ignoram a natureza como um ativo dentro desse processo. De modo que, essa abordagem apresenta possibilidades analíticas entre agricultores com atores formuladores de circuitos, redes e mercados. Além, de diferentes formas de regulamentações, (re)politização de processos e comportamentos dos consumidores de alimentos e proteção da natureza, dos meios de vida, a partir do consumo ético e da governança alimentar (WINTER, 2004).

Vale destacar, que as formas de regulamentação e os comportamentos aos quais estamos nos referindo faz alusão as diferentes tendências que estão envolvidas no consumo dos alimentos, nos movimentos por tendências ou grupos de consumo

(vegetarianismo, veganismo e flexitarianismo) são alguns. Esses ditam comportamentos de consumo, formas de cultivos, de beneficiar e comercializar alimentos. Promovendo o surgimento de relações mais justas e igualitárias nas cadeias produtivas produtoras de alimentos (SILVA, 2023).

Nessa perspectiva os processos derivam de descobertas do consumo, numa relação de tendências modernas e pós-modernas. Contudo, esses processos ligados ao consumo não são tendências passageiras, refletem realidades políticas e sociais construídas em decorrência de mudanças de mercados, pautadas em processos homogêneos de *commodities* agrícolas para mercados segmentados (WINTER, 2003).

Como destaca Whatmore e Thorne ao descreverem as geografias alternativas de alimentos. As autoras desenvolvem seus argumentos a partir da percepção de que: “[...] não há nada “global” quando se refere as corporações e as burocracias em si, seja em termos de serem desincorporadas de contextos e lugares particulares ou de estarem em algum sentido abrangente em escala e escopo” (WHATMORE E THORNE, 1997, p. 212).

É factível evitar conceituar as ordenações espaciais das atividades econômicas, seja em termos locais, territoriais ou regionais, pois trata-se de uma globalização de superfícies em termos móveis das atividades econômicas e ordenações espaciais e consequentemente alimentares. Cabe destacar, os direcionamentos utilizados pelas autoras ao receberem contribuições diretas de uma *Geografia híbrida*. Nessa abordagem, o primeiro compromisso teórico é a descentralização da agência social, apreendendo-a como uma realização precária entre os atores sociais. O segundo compromisso está pautado em um desacoplamento entre sujeito e objeto, assim o material e o social interagem em diferentes tipos de combinações, construindo uma perspectiva de análise dos processos, das relações e dinâmicas de forma relacional e híbrida (WHATMORE, 2002).

Os atores são híbridos em função da combinação de pessoas, dispositivos, normas, regras e outras coisas vivas, ou seja, atores, recursos e instituições. Construindo formas intrincadas e falíveis focadas no desempenho de práticas e atividades sociais e produtivas. Essa abordagem recebe suas primeiras comprovações empíricas a partir da análise dos alimentos transgênicos, os quais indicaram relativa importância a configuração relacional do social e do material, dos sujeitos e objetos inseridos nos sistemas alimentares (WHATMORE, 2002).

Aqui fazemos referência a algumas tendências de estudos ligadas ao que acreditamos integrar essas “novas geografias”. Pois bem, trata-se da “geografia dos

alimentos”, essa perspectiva está associada aos estudos da configuração espacial dos territórios, processo representado pela configuração espacial da geografia dos alimentos. Aqui destacamos os estudos realizados por Freire (1977); Menezes; Silva e Silva (2019). Os estudos analisam respectivamente, a diversidade dos alimentos cultivados, considerando as relações dos agricultores familiares com programas e políticas públicas de incentivo à produção. O outro analisa a configuração da produção de alimentos e sua distribuição espacial no território do estado de Sergipe.

Essa tendência ou perspectiva de análise recebe forte influência e complementos analíticos da Geografia cultural, da Antropologia alimentar e da alimentação, e da Sociologia da alimentação (SILVA, 2023). O que amplia o leque de importantes publicações que consideram os processos de valorização cultural, distintividade dos produtos a partir da produção artesanal, valorizando os saberes e sabores regionais, coloniais e de populações tradicionais, circuitos curtos de produção e comercialização, como as feiras e outros.

Para tanto, é necessário reforçar os argumentos construídos acima, à medida que essas “novas geografias” estão respaldadas por diferentes correntes teóricas e metodológicas. Corroborando para situar em quais contextos as NGA estão amparadas, e por quais processos e relações integram essa abordagem. Considerando a proposta de adaptação para a realidade do Sul global. Agregando os processos de desterritorialização e reterritorialização dos alimentos, a partir das múltiplas escalas de poder geográficas e operacionais, levando em conta a forte presença do agronegócio no território brasileiro.

As novas geografias alimentares, as dinâmicas alimentares e a construção de espaços de poder

As análises e estudos sobre sistemas alimentares no Norte global estão amplamente associados aos fenômenos representados pelas escalas locais e globais. Os estudos estão sendo reproduzidos a partir da perspectiva das redes agroalimentares alternativas e cadeias curtas⁴ (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

⁴ Segundo Schneider e Gazolla (2017, p. 12), as cadeias agroalimentares curtas de abastecimento podem ser entendidas como expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor que busca construir novas formas de interação entre produção e consumo, resgatando as procedências e identidades dos produtos. Essas relações estão ancoradas em critérios de preço, valores sociais, princípios e significados,

Para David Goodman (2017), essas iniciativas analíticas estão inseridas na economia alternativa no segmento alimentar, visando proporcionar o abastecimento de produtos alimentícios de qualidade a partir do desenvolvimento de formas alternativas de produção, comercialização e consumo. Nesse caso, as propostas inseridas nas NGA possibilitam adequar essas análises a realidade brasileira e do Sul global.

Vale ressaltar as causas que antecederam e motivaram a crescente diversidade de iniciativas alimentares associadas ao movimento conhecido como *qualityturn* ou virada da qualidade. Esse movimento tem sua origem ligada aos países do Norte global (França, Itália, Reino Unido). Como destaca Goodman (2017), as sucessivas crises alimentares na Europa ocidental motivadas por diferentes problemas sanitários ligados ao processamento e consumo de alimentos. Essas estão associadas aos surtos pandêmicos, os quais destacamos a BSE² (doença da Vaca Louca), a febre aftosa no Reino Unido e a gripe suína na Rússia.

Esses eventos sanitários de escala global vêm motivando preocupações direcionadas para os processos e práticas de inspeção sanitárias e ambientais inseridas na agricultura empresarial de grande escala. Impulsionando o consumo de produtos de “qualidade”, incentivando consumidores de classe média acessarem “alimentos alternativos” a partir de grandes redes varejistas, esse processo ficou conhecido como Supermercadização. Nesse sentido, os esforços estão sendo concentrados na busca por alternativas que proporcionem o desenvolvimento da produção, consumo, comercialização e (re)localização dos alimentos.

Em 1997 durante a realização do Workshop Berkeley, o qual promoveu o encontro entre diversos pesquisadores envolvidos em diferentes estudos e pesquisas ligadas às questões agrárias, redes agroalimentares globais e processos de reestruturação da produção de alimentos. O resultado desse encontro foi organizado por Goodman e Watts (1997), o livro intitulado “*GLOBALISING FOOD: Agrarian Questions and Global Restructuring*”. Essa obra representa um divisor de águas nos estudos das NGA.

Porém, foi nas reflexões produzidas por Sarah Whatmore e Lorraine Thorne (1997) sob o título de “*Nourishing Networks: Alternative Geographies of Food*”. Que o pioneirismo dos estudos das NGA foi idealizado. Esse estudo propôs análises espaciais que rompem dualidades como a do ‘local-global’ propondo uma abordagem relacional aos

resgatando dimensões centrais das economias de proximidade e de escopo entre os espaços e as atividades econômicas.

estudos sobre os processos, dinâmicas e fenômenos alimentares. Contribuindo para a construção da distinção entre sistemas e redes, a qual constitui mudanças na metáfora analítica que retoma as críticas da globalização ortodoxa, ou seja, as reflexões praticadas por inúmeros geógrafos agrários e rurais. Notadamente esse processo apresenta-se a partir da Geografia e Antropologia, como uma falha da imaginação social e espacial numa relação espaço temporal (WHATMORE; THORNE, 1997).

Esse texto faz referência as possibilidades intrínsecas aos estudos ligados a Geografia Alternativa dos Alimentos, construindo possibilidades analíticas que estão postas para além da perspectiva local, territorial ou global dos sistemas alimentares. Trata-se de uma perspectiva espacial e relacional, como destacado nos argumentos abaixo:

Em vez de conceituar as ordenações espaciais da atividade econômica em termos territoriais - uma globalização de superfícies - esta abordagem implica uma concepção das ordenações espaciais da atividade econômica em termos móveis — Um alongamento dos fluxos. Ela muda a preocupação de um desdobramento previsível de estruturas sociais no espaço para os meios pelos quais as redes de atores constroem o espaço usando certas formas de ordenação que mobilizam racionalidades particulares, dispositivos tecnológicos e representacionais, seres vivos (incluindo pessoas), e propriedades físicas. Mais do que isso, ao contrário das superfícies preenchidas da globalização, esta abordagem abre espaço-tempo para a coexistência de múltiplas redes transversais de comprimento e durabilidade variadas, para gerar exemplos nas muitas coincidências entre os espaços institucionais e os lugares geográficos habitados (WHATMORE; THORNE, 1997, p. 222, Tradução nossa).

Os sistemas alimentares são entendidos como redes híbridas (SILVA, 2023). O que representa um certo grau de divergência teórico-metodológica entre as perspectivas apresentadas, frente a que estamos propondo a partir da abordagem da NGA. Reiteramos os esforços na busca pela compreensão do poder como processo relacional e espacial, que estabelece conexões entre as dinâmicas alimentares e espaciais e as múltiplas escalas.

Após necessária exposição sobre os fatos e motivações históricas ligadas aos estudos e pesquisas da abordagem das NGA. Podemos afirmar que, são novas muito em função das cadeias agroalimentares globais se apropriarem dos espaços físicos e produtivos, promovendo mudanças nos espaços e alterações na natureza dos lugares. Aqui entendemos que os espaços físicos e produtivos, formam Territórios Alimentares, gerando espaços a partir de movimentos engajados na formação dos territórios produtores de alimentos, são exemplos: os ‘perímetros irrigados do Nordeste’ e o ‘território do MATOPIBA’.

Para Marsden (1997) os territórios indicados no parágrafo anterior, os ‘perímetros irrigados do Nordeste’ integram trajetórias híbridas e múltiplas de acumulação rural envolvendo questões agrárias e agrícolas. Ocorre que, os sítios globalizados/ou unidades produtivas, são constituídas por redes sociais complexas formadas por agentes econômicos, empresas públicas, empresas de insumos e implementos. O que indica que a questão agrária se apresenta como parte constituinte das formas flexíveis de industrialização que estão surgindo em economias internacionalizadas e sem as regulamentações necessárias, nesse sentido, indica-se o Sul global como forma mais perversa desse processo.

O que nos conduz a refletir sobre as condições e possibilidades inseridas a partir do processo de contramovimentos, o qual constitui os espaços concebidos, construídos e vividos. A exemplo dos assentamentos rurais, os quais produzem materialidades e imaterialidades associadas ao processo de (re)territorialização dos alimentos. Nesse sentido, devemos nos amparar na abordagem dos regimes alimentares para entender como as relações e processos históricos determinaram as dinâmicas alimentares, ou seja, como as novas geografias alimentares são construídas e determinadas a partir de relações de poder.

Como argumenta Friedmann (2005) as correlações dos regimes alimentares do passado, aprofundará as relações de *commodities* na agricultura e transformará as relações entre agricultores, trabalhadores do setor de alimentos e das empresas agroalimentares. Aqui ampliamos nossas reflexões inserindo discursões ligadas as dinâmicas espaciais, as quais motivam o desenvolvimento e correlações associadas aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos alimentos.

Na teoria dos regimes alimentares, os estudiosos da questão alimentar e dos sistemas alimentares concentram seus esforços, em sua maioria, nas análises macros das cadeias agroalimentares, ou seja, nas escalas globais dos processos alimentares. McMichael (2016, p.15), faz referência ao ‘projeto de regime alimentar’ que teve seu início como uma iniciativa metodológica que estabelece o entendimento sobre os arranjos de poder entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar. Visando o aumento da acumulação de capital na agricultura e a relação do Estado com o mercado.

Como destaca McMichael (2009) ao fazer referência ao regime alimentar durante a crise alimentar mundial dos anos de 2008 e 2009. Para o autor a compreensão do sistema alimentar convencional durante esse período de escassez de alimentos, foi

representada por intensa ocultação das relações e processos de poder subjacentes a apropriação corporativa da agricultura em termos de mercado. O autor faz referência, a Via Campesina como símbolo de resistência frente a esse processo, ou seja, produzindo contramovimentos. E indica como o agronegócio e as coalisões de empresas transnacionais buscaram impedir o acesso de agricultores familiares e camponeses a diferentes mercados, inviabilizando o interesse desses atores em alimentar pessoas em diferentes partes do mundo. O que reforça o objetivo do agronegócio de controlar a produção e o fornecimento de alimentos nas cadeias de abastecimento global.

Esses processos estão integrados por interesses em converter a produção de base camponesa e familiar em produção industrializada de alimentos. As tratativas e articulações que buscam expropriar os pequenos agricultores e camponeses são diversas e exploram os consumidores, a partir do aumento dos preços mundiais dos alimentos reduzindo a margem de manobra dos pequenos produtores. Dentro dos termos e narrativas apresentadas a partir do desenvolvimento neoliberal, ocorre o desaparecimento da agricultura familiar e camponesa, processo entendido como inevitável para muitos. Sobre esse alicerce, a agricultura empresarial constrói e difunde suas narrativas, apoiadas pelo desenvolvimento de instituições, agências reguladoras que operam regras institucionais que regem o regime alimentar corporativo-ambiental (McMICHAEL, 2009).

A partir dessas reflexões avançamos para os processos de Desconexão, Desenraizamento e Desvinculação apresentados por (WISKERKE, 2010). Questões impulsionadas por princípios ligados a produção econômica e projetos de modernização agroindustrial gerados por economias de escalas. Tendo a Desconexão a finalidade de impulsionar o aumento das cadeias de suprimentos. Por consequência estimula o aumento da distância entre produtores e fornecedores de bens e serviços, e dos consumidores e clientes que acessam os alimentos. Esse processo promove o crescimento do anonimato nas relações, regulamentos de produção e controle de qualidade, em decorrência dos processos citados que estão inseridos nas relações presentes nas cadeias agroalimentares globais.

Para o processo de Desenraizamento, constata-se que o local de produção e abastecimento, estabelece gradual perda de influência sobre a qualidade e a natureza dos alimentos, produtos e bens produzidos, resultando no desaparecimento da escala. Essa relação evidencia cada vez mais os fatores existentes no processo de construção de novas

identidades e/ou imagens em torno dos alimentos e produtos, oferecendo uma sensação de experiência espacial e de exclusividade ao consumidor(WISKERKE, 2010).

Quanto ao processo de Desvinculação,esse foca em analisar os saltos de escala, a espacialização das cadeias de abastecimentos, resultando na *desconexão* entre produtores, fornecedores e consumidores de alimentos.A análise desses três processos de forma interligada permite identificar regiões marginalizadas ou ameaçadas de marginalização, ou seja, os assentamentos rurais (WISKERKE, 2010).

Os paradigmas agroindustriais e agroalimentar integrado e territorial: uma construção a partir da perspectiva multinível (PMN) e da noção de produção de novidades

Dito isso, dois paradigmas são apresentados que compõem as ‘Novas Geografias Alimentares’. Como destaca Wiskerke (2010, p. 6) “[...] o primeiro é o “paradigma agroindustrial ligado a geografia alimentar hipermoderna”, esse paradigma deve ser entendido como interlocutor da aceleração do processo de modernização agroalimentar representado pelo sistema alimentar convencional.

Para Wiskerke (2010) os entusiastas e defensores desse paradigma compartilham convicções direcionadas a produção de soluções tecnológicas para os múltiplos problemas ligados ao aumento da produção primária de alimentos. Outra característica está associada a produção de alimentos em espaços físicos e produtivos, a exemplo, dos parques agroindustriais enxergados como espaços produtores de alimentos. A principal característica associada a “geografia alimentar hipermoderna”destacada pelo autor, faz referência ao processo de industrialização e a contínua globalização das cadeias produtivas agroalimentares e ao processo de padronização alimentar. Essas características estão amplamente conectadas ao processamento e regulamentações que garantem a distribuição e qualidade dos alimentos ofertado nessas cadeias agroalimentares.

O segundo paradigma indicado por Wiskerke (2010), é o paradigma agroalimentar integrado e territorial vinculado a geração de alternativas associadas a produção de alimentos incorporados aos preceitos de qualidade. Indicando existir regiões que integram processos de empreendedorismo rural a partir da escala regional. Levando em consideração as distâncias geográficas mais curtas entre a produção e o consumo, bem

como as condições fiscais e sanitárias dos processos, as tradições culturais e o aumento da confiança dos consumidores. E por último, a defesa de práticas alimentares ligadas ao consumo de alimentos frescos e menos processados, combinados com dietas alimentares saudáveis e boas práticas de produção.

Buscamos materializar essas informações a partir da (figura 02, a seguir), salientando os possíveis caminhos teóricos e analíticos inseridos nas análises das NGA. Fazendo referência as mudanças ocorridas a partir da construção de um sistema transformador, ligado aos sistemas alimentares que requer análises das relações de poder e governança presentes nos espaços produtores de alimentos. Assim, surgem os domínios de transformações agrárias e agrícolas, colocando o poder no centro das reflexões. Nessa perspectiva, recorreremos aos preceitos teóricos e metodológicos apresentados pela PMN (Perspectiva Multinível e a produção de novidades).

Vale destacar, alguns breves comentários ressaltando as possibilidades apresentadas na utilização da PMN e sua associação com a produção de novidades. Originalmente a PMN foi pensada e desenvolvida para buscar atender as práticas e experiências associadas a produção de inovação tecnológica, levando em consideração a consolidação de novos produtos comerciais e seus respectivos mercados. No entanto, é relevante estabelecer correlações necessárias e suas possíveis funções, ligadas a produção de novidades que influenciamos domínios de transformações. A PMN e a noção de novidades apresentam avanços na forma pela qual, buscamos o entendimento dos resultados alcançados pela geração de novas práticas resultantes de processos criativos produzidos por agricultores familiares e assentados (ANDERSON *et al.* 2019).

Segundo Gazolla (2020, p. 234, 235) devemos considerar como os conhecimentos e práticas desenvolvidas pelos agricultores geram inovações. Atribuindo a esse processo peso igual aos seus conhecimentos, interagindo com os atores e instituições presentes nos territórios. Os agricultores têm a capacidade de desenvolver inovações e novidades em suas práticas de trabalho, sendo que as inovações não surgem somente de fora dos mercados para dentro do rural. Ou seja, as novidades produzidas pelos agricultores podem produzir mudanças e transições em várias dimensões da vida e do trabalho dos agricultores. Podendo alcançar aspectos mais amplos da sociedade e do contexto institucional da paisagem sociotécnica representada pelo agronegócio. Porém, com a produção de novidades realizadas pelos agricultores familiares ocorrem aumentos constantes nos níveis de autonomia reprodutiva e de sustentabilidade das práticas,

construindo estruturas de acesso a mercados e fortalecimento do contexto institucional em que estejam inseridos.

Onde fornecemos uma visão heurísticas das dinâmicas alimentares e não linear, resultante de interações estabelecidas no tempo e no espaço. O que nos leva a desenvolver três diferentes níveis de práticas estabelecidas por diferentes escalas geográficas e operacionais de poder, associadas a preceitos de uma governança multiescalar, ou seja, “normas e regras, instituições, ativos e recursos, atores, proximidade e convenções” que estabilizam o sistema alimentar.

Para Markus Schermer (2014) o envolvimento de ‘movimentos contraditórios’ ou o que Polanyi (2021) apresenta como ‘duplo movimento’, ocorre simultaneamente aos de contramovimentos, ou seja, movimentos e contramovimentos sendo construídos simultaneamente e compartilhando os mesmos espaços. Indicando existir: de um lado, o contínuo movimento de transnacionalização da agricultura, das agroindústrias de alta tecnologia (biotecnologia), no caso em questão, presentes no nível da paisagem sociotécnica; de outro lado, as iniciativas de contramovimento e de produção de novidades a partir dos assentamentos rurais e das redes regionais de apoio ao abastecimento alimentar e o desenvolvimento rural, a exemplo da Rede Ecovida de produção e comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos.

Nesse contexto Schermer (2014);McMichael (2009) fazem referência aos processos de deslocalização(desterritorialização)dos alimentos(alimento de lugar nenhum), aqui tratamos arelocalização(reterritorialização) dos alimentos (alimento de algum lugar). Esses processos estão associados ao terceiro regime alimentar e a noção de soberania alimentar proposta nos processos agrários ligados aos movimentos sociais do Sul global.

É no nível da paisagem sociotécnicasituada naescala macro, que os movimentos condutores de relações e processos inseridos nas dinâmicas alimentares ocorrem, muitas vezes de forma mais lenta e gradual. As possíveis mudanças ocorridas nesse nível promovem alterações nos demais níveis, ou seja, no regime sociotécnico e nichos e novidades, são exemplos, as mudanças climáticas, ideologias políticas, sociais, os valores culturais nutridos no imaginário social e ambiental da população, as crises geopolíticas e migratórias, bem como o fenômeno da fome em regiões vulneráveis(ANDERSON, *et al.* 2019).

Quanto aos processos apresentados no nível do domínio do regime sociotécnico. É nesse nível que são estabelecidas as práticas associadas ao conjunto de

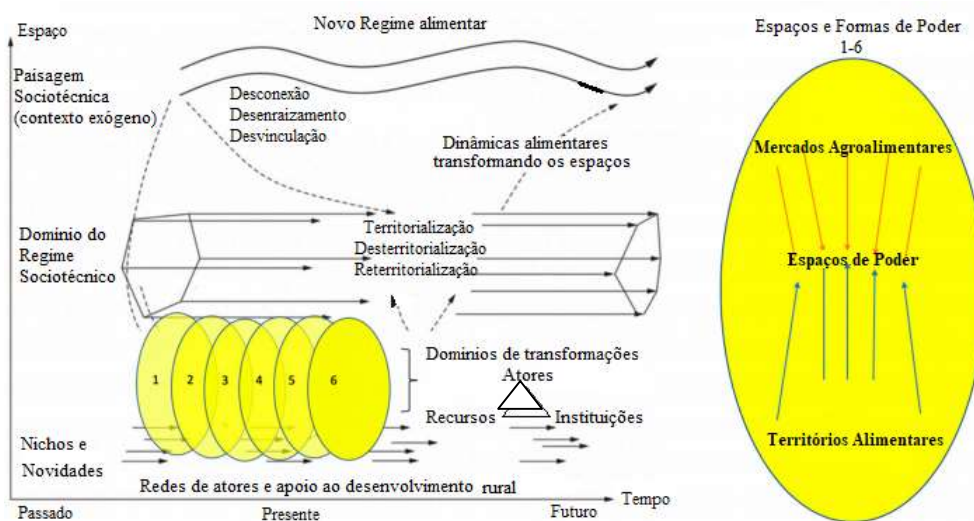
normas e regras que buscam estabilizar as dinâmicas alimentares presentes nos sistemas alimentares. Como destaca Gazolla (2020, p. 240), “[...] a noção de regime sociotécnico é definida como um conjunto de práticas, tecnologias, regras e a institucionalidade vigente. No regime estão as normas, crenças e interesses que servem de guias para os atores privados e a ação política”.

Para Anderson *et al.*, (2019) é nesse nível que os atores hegemônicos frequentemente resistem e/ou tentam resistir aos contramovimentos, se apropriando das mudanças e das ‘novidades’ fortalecendo a manutenção do ‘*status quo*’. Porém, o regime sociotécnico detém as capacidades e características interdependentes entre suas diferentes dimensões e processos, permitindo resistir as mudanças originárias de inovações revolucionárias e que tendem a se reproduzir.

Quanto ao nível dos ‘nichos e novidades’ apresentados na (figura 02 abaixo), podemos indicar que se trata de um espaço concebido/construído a partir da produção de alternativas sociotécnicas radicais. Esses processos se diferem em seus princípios e configurações e nas formas dominantes de operação dos sistemas alimentares. Nesse contexto as novidades surgem nos nichos sociotécnicos (espaços protegidos, incubadores), os nichos estão posicionados no nível micro, onde estão localizadas as práticas, os atores e a produção de novidades (ANDERSON *et al.* 2019).

É nos nichos que são desenvolvidas as características centrais para o sucesso das iniciativas e a produção de novidades. Onde as experiências e expectativas futuras dos atores são desenvolvidas, bem como a existência de processos de trocas, de aprendizado social ligados a diferentes institucionalidades entre os atores, bem como o surgimento de redes sociais e a criação e estabilização das iniciativas (GAZOLLA, 2020).

Figura 02 – Estruturação das dinâmicas alimentares e espaciais



Fonte: Adaptado de: (ANDERSON *et al.* 2019).

É pertinente avançarmos nessas reflexões e proposições sobre a análise da produção de novidades, a partir dos domínios de transformações. Essa análise recebe as contribuições de Anderson *et al.*, (2019, p. 2) ao conceituar os domínios de transformações “[...]são locais importantes para permitir e buscar a transformação”. Esses domínios são entendidos como interfaces sobrepostas e interconectadas entre dois níveis, nessa perspectiva indica-se os níveis dos nichos e novidades e o domínio de regime sociotécnico.

Nesse sentido, as relações e dinâmicas presentes nos domínios de transformações são produzidas e conduzidas por atores, instituições e recursos. O que nos leva, a analisar como ocorrem as possíveis mudanças construídas pelas novidades. Sendo assim, é necessário ressaltar como esse processo está intimamente associado ao domínio do regime sociotécnico. O qual busca o pleno entendimento do regime sociotécnico e como ele possibilitará confrontar e analisar as novidades desenvolvidas a partir das regras e normas do regime. Como destaca Gazolla (2020, p. 242) ao fazer referência a definição do regime sociotécnico, “[...] como o conjunto de normas e regras institucionais que regulam a produção, distribuição e consumo dos alimentos, que são dominantes do modo de regulação dos sistemas alimentares”.

Considerações finais

Neste ensaio, propusemos apresentar algumas reflexões preliminares referente a abordagem das Novas Geografias Alimentares (NGA) a partir dos aspectos que motivaram os primeiros estudos ligados a essa abordagem que estão à disposição em tese

de doutorado realizada na região Nordeste do Brasil. O que nos conduziu a explorar as condições e potencialidades dessa abordagem e os diferentes debates acerca das dinâmicas alimentares e espaciais da produção de espaços de poder. Considerando as peculiaridades sociais, políticas e culturas da produção de alimentos no Brasil.

Como destacam Gazolla e Schneider (2017) ao fazerem referência a necessidade dos modelos analíticos e aportes teóricos, que levem em consideração o sistema de produção agroalimentar e os diferentes fatores que influenciam nas escalas de produção. Nesse caso, buscar alternativas de contramovimento para inserção de agricultores “não integrados” ao modo de funcionamento do sistema alimentar a partir do Estado e do mercado.

Buscando explorar as possibilidades teórico-metodológicas e as correlações associadas a abordagem dos regimes alimentares às questões agrárias, destacam as contribuições de (BERNSTEIN, 2016). Essa abordagem permite compreender a construção das relações dos alimentos a partir de diferentes dinâmicas. Possibilitando estabelecer um diálogo entre os autores: Wiskerke (2010) com os processos (desconexão, desenraizamento e desvinculação), e os processos de (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) analisados por Haesbaert (2014), explorados nas seções anteriores. Esse exercício analítico nos permitiu indicar que é a partir do processo de “reterritorialização dos alimentos” que se estabelece e/ou se consolida o processo de contramovimento dentro de espaços produtivos de alimentos (territórios alimentares).

Para tanto, é relevante salientarmos a importância da perspectiva multinível e da produção de novidades como ferramenta teórico-metodológica unificadora das abordagens, dinâmicas e relações. Como destaca Gazolla (2020), a PMN e a ideia de novidades são utilizadas em estudos e pesquisas ligadas ao desenvolvimento rural e regional. Contribuindo no avanço de estudos ligados a produção de novidade e práticas criativas, desenvolvidas por atores que vivem à margem das cadeias agroalimentares globais e do acesso aos mercados.

É nesse aspecto que a abordagem da NGA deve ser compreendida e utilizada, a partir de suas contribuições para as análises dos processos de produção, comercialização e consumo dos alimentos. Tendo em vista, os diferentes processos existentes nos espaços e dinâmicas alimentares presentes nos sistemas alimentares. Bem como a análise das relações de poder estabelecidas entre os atores, recursos e instituições, as quais estão

inseridas no processo de reterritorialização dos alimentos e na formação dos territórios alimentares.

Referências

ANDERSON *et al.* From Transition to Domains of Transformation: Getting to Sustainable and Just Food Systems through Agroecology. **Sustainability**, 11, 5272; 2019. doi:10.3390/su11195272

BERNSTEIN, H. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. **The Journal of Peasant Studies**, 43:3, pp. 611-647, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2015.1101456

CARON, P. From crisis to utopia: crafting new public-private articulation at territorial level to design sustainable food systems. **AgricultureandHumanValues**, 2020, p. 1-2. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10065-1>

FREIRE, F. **História de Sergipe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1977.

FRIEDMANN, H. International Regimes of Food and Agriculture since 1987. *In*: SHANIN, T. (Ed.). **Peasants and Peasant Societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 520, 2017.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. *In*. GAZOLLA, Marcio; Schneider, Sérgio. **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, P. 520, 2017.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. Rural Europe Redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. **Sociologia Ruralis**, 44 (1), p. 3-16, 2005.

GOODMAN, D.; WATTS, M. J. Globalising food: agrarian questions and global restructuring/ [edited by] **ROUTLEDGE**, 1997, London and New York, pp. 211-224, p. 283, 1997.

MARSDEN, T. Globalization, Regionalization and Regulation, paper presented to the Political Economy of the Agro-Food System. Workshop, Berkeley, 28-30 september, 1997. *In*. GOODMAN, D.; WATTS, M. J. **Globalising food: agrarian questions and global restructuring**/ [edited by] **ROUTLEDGE**, London and New York, pp. 211-224, 1997.

MENEZES, S. S. M.; SILVA, P. A. S.; SILVA, H. R. C. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe», **Confin** [Online], 40 | 2019, posto online no dia 05 junho 2019, consultado o 10 março 2021. URL: <http://journals.openedition.org/confin/20412>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confin.20412>

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questão agrária**. Tradução: Sônia Midori. 1 ed. São Paulo: Porto Alegre: Editora Unesp: Editora da UFRGS, p. 256, 2016.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**. 36:139–169, 2009.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHERMER, M. From “Food from Nowhere” to “Food from Here:” changing producer–consumer relations in Austria. **Agriculture and Human Values**, v. 32, pp. 121-132, 2014.

SILVA, J. H. **Arranjo Produtivo Local Rural e Agroecologia: uma estratégia de desenvolvimento rural no território da Mata Alagoana/AL**. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2016, p. 151.

SILVA, J. H. **Novas geografias alimentares e assentamentos rurais no Nordeste: movimentos e contramovimentos na construção de espaços de poder**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2023, p.188.

WHATMORE, S.; THORNE, L. Nourishing Networks: Alternative Geographies of Food. In. GOODMAN, D.; WATTS, **Globalising food: agrarian questions and global restructuring** [edited by] ROUTLEDGE, London and New York, pp. 211-224, 1997.

WHATMORE, S. **Hybrid Geographies: natures cultures spaces**. SAGE Publications London - Thousand Oaks - New Delhi, First published 2002.

WATTS, M. J.; GOODMAN, D. Agrarian Questions: Global Appetite, Local Metabolism: Nature, Culture, and Industry in Fin-de-Siècle Agro-Food Systems. In. GOODMAN, D.; WATTS, **Globalising food: agrarian questions and global restructuring**/ [edited by] ROUTLEDGE, 1997, London and New York, pp. 1-23, 1997.

WINTER, M. Geographies of food: agro-food geographies making reconections. **Progress in Human Geography**. 2003; p. 27; 505.

WINTER, M. Geographies of food: agro-food geographies – farming, food and politics. **Progress in Human Geography**. 2004; p. 28; 664.

WISKERKE, J. **On regions lost and regions regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development.**, Rural Sociology Group, Wageningen University Hollandseweg 1 6706 KN Wageningen The Netherlands. p.40, 2010.